



Ano da CPLP Contra o Trabalho Infantil



No dia 27 de janeiro 2016, à margem da “Formação de Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil dos Países da CPLP” co-organizada pela Organização Internacional do Trabalho e o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), teve lugar em Lisboa, Portugal, a V Reunião dos referidos Pontos Focais. A lista de participantes consta do Anexo I.

A reunião foi coordenada pela Direção de Cooperação do SECPLP.

Desenvolvimento:

1. Carlos Gonçalves, Técnico Superior da Direção de Cooperação e responsável pela temática do Trabalho Infantil na CPLP, deu início à reunião tendo seguidamente dado a conhecer aos Pontos Focais do Trabalho Infantil (PFs) as várias opções de imagens alusivas ao Ano de 2016 da CPLP contra o Trabalho Infantil. A imagem escolhida foi aprovada por unanimidade. Pôs ainda à consideração dos PFs a possibilidade de ser selecionado um (ou mais) subtemas no contexto do referido Ano de 2016, proposta essa que não obteve acolhimento.
2. Carlos Gonçalves mencionou a necessidade de uma maior articulação com os Pontos Focais para a área de Cooperação que devem coordenar, a nível nacional, as atividades que serão levadas a cabo no âmbito do Ano de 2016 da CPLP contra o Trabalho Infantil, por forma a evitar duplicação de esforços e de atividades. Reiterou também o empenho do SECPLP no sentido de fazer chegar atempadamente aos PFs dos Estados-membros o material alusivo à campanha anual do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.
3. Carlos Gonçalves mencionou a intenção de organizar um Encontro Informal/Mesa Redonda com os Ministros da CPLP que tutelam a área do Trabalho presentes na Conferência Internacional do Trabalho da OIT para apresentação das atividades levadas a cabo no contexto do Ano de 2016 da CPLP contra o Trabalho Infantil. O Plano de Atividades que resultar da presente reunião será circulado pelas Embaixadas e Missões da CPLP sendo que os PFs devem também ser portadores desta mensagem. A possibilidade de ser redigido um novo Plano Estratégico da CPLP contra o Trabalho Infantil no encerramento do Ano de 2016 teve bom acolhimento entre os PFs.
4. Carlos Gonçalves solicitou aos PFs que fizessem chegar ao SECPLP os respetivos Planos Nacionais de Ação contra o Trabalho Infantil bem como as Listas dos Trabalhos Perigosos interditos a Crianças e outra legislação relevante para colocação no canal relativo ao

Trabalho Infantil acessível através do portal da CPLP. Neste contexto mencionou ainda a necessidade da promoção de apoio técnico entre os Estados-membros, sobretudo àqueles que ainda não redigiram os documentos acima mencionados, através de, entre outros, consultas *online* e videoconferência.

O Ponto Focal de Cabo Verde referiu que o apoio técnico deve estender-se não só à redação mas também à implementação das Listas dos Trabalhos Perigosos Interditos a Crianças.

A Ponto Focal de São Tomé e Príncipe mencionou que o seu País beneficiou do apoio técnico do Brasil no contexto da elaboração daquela Lista que se encontra plasmada no Código Laboral. Afirmou ainda que no contexto da luta contra o Trabalho Infantil é necessária proteção social que retire as crianças e famílias da pobreza imperando ainda a intensificação de ações de sensibilização transversais.

Este aspeto foi corroborado pela Ponto Focal de Portugal que salientou ainda que, a par de ações de formação/consciencialização, que evitam a aplicação coerciva da legislação, têm de existir *curricula* escolares alternativos para encaminhamento das crianças que são retiradas de situações de Trabalho Infantil.

O Ponto Focal de Angola enfatizou ainda que são necessários centros de acolhimento para encaminhamento daquelas crianças, para que as mesmas não voltem a cair em situação de Trabalho Infantil, a par de apoio às respetivas famílias.

5. A propósito do facto de Timor-Leste não ter ainda ratificado a Convenção da OIT (nº 138) sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, o Ponto Focal daquele País mencionou não haver impedimentos legais para que a ratificação tenha lugar salientando a utilidade da sensibilização a nível político. No que diz respeito à escolaridade mínima obrigatória destacou que a mesma é de 9 anos e gratuita. Seguiu-se uma troca de ideias entre os PFs tendo ficado consensualizado que seria útil o envio de uma carta conjunta da OIT e SECPLP às Autoridades de todos os Estados-membros da Comunidade com vista a uma maior visibilidade política do Ano de 2016 da CPLP contra o Trabalho Infantil. Na mesma carta seria ainda disponibilizado o apoio por parte da OIT e do SECPLP, na medida das suas capacidades técnicas, humanas e financeiras, relativamente ao processo de ratificação das convenções fundamentais nesta matéria, em particular a já mencionada Convenção nº 138 por parte de Timor-Leste.

6. Com o mesmo objetivo de maior consciencialização acerca da luta contra o Trabalho Infantil, foi consensualizado que, tanto o SECPLP como os PFs, envidariam esforços a nível nacional no sentido da colocação desta problemática em todas as ordens de trabalho das Reuniões Ministeriais da CPLP a ocorrerem durante o ano de 2016. Através deste procedimento pretende-se igualmente um envolvimento político transversal já que seria solicitado, em cada uma dessas reuniões, contributos para um novo Plano Estratégico da CPLP contra o Trabalho Infantil a ser oportunamente redigido.

A este propósito, a Ponto Focal de São Tomé e Príncipe mencionou que tem havido um esforço no seu País de envolver nesta problemática, não só o ministério que tutela a área do trabalho, mas também outros ministérios. Acrescentou que o Dia Internacional da Criança Africana (16 de junho) já se encontra na agenda política e que têm como objetivo conseguir o mesmo relativamente ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil (12 de junho).

O Ponto Focal de Cabo Verde falou na necessidade de serem definidas metas concretas para o Ano de 2016 da CPLP contra o Trabalho Infantil, assunto que foi retomado adiante.

A propósito do décimo aniversário da Declaração de Lisboa de 2006, que marca o momento a partir do qual o combate ao Trabalho Infantil se tornou prioritário no contexto da CPLP, seguiu-se uma troca de ideias entre os PFs. Dando seguimento ao acordado na IV Reunião de Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil¹, os participantes concordaram relativamente à importância de, em 2016, ser levado a cabo um balanço dos progressos atingidos nesta matéria apoiado pela OIT na medida das capacidades técnicas, financeiras e humanas da Organização e dos próprios Estados-membros. Os participantes concordaram ainda que este balanço seria importante para um melhor conhecimento da realidade atual e para a construção de um novo Plano Estratégico da CPLP contra o Trabalho Infantil que poderia inclusivamente vir a substituir o Documento de Projeto “A Cooperação na Área do Trabalho Infantil nos Estados membros da CPLP”.

7. Manuel Lapão, Diretor de Cooperação da CPLP, reforçou a ideia de que o Plano para o Ano de 2016 da CPLP contra o Trabalho Infantil não deve ser apenas um somatório de atividades e que o SECPLP irá trabalhar no sentido de levar o mesmo ao conhecimento dos grupos sectoriais, valorizando o tema e facilitando o trabalho em rede.

8. Relativamente ao *spot* televisivo anualmente produzido pelo SECPLP e pela RTP, no contexto do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil (12 de Junho), Manuel Lapão solicitou a contribuição financeira da parte dos Estados-membros tendo em conta a exiguidade de recursos do SECPLP. Seguiu-se um debate acerca do melhor formato do referido *spot* tendo-se concluído que seria muito útil que o mesmo pudesse ser utilizado em todos os Estados-membros usando a imagem adotada para o Ano 2016 da CPLP contra o Trabalho Infantil.

9. Relativamente à metodologia com vista à redação de uma posição concertada dos Estados-membros da CPLP a ser apresentada na IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil a ter lugar na Argentina em 2017, ficou acordado o seguinte:

- i. O SECPLP irá redigir e propor um projeto de posição concertada com um cronograma associado que cada Ponto Focal deverá fazer chegar aos respetivos órgãos de tutela para recolha de posicionamentos;
- ii. O SECPLP irá envidar esforços para que o tema do Trabalho Infantil seja inserido nas ordens de trabalhos de todas as Reuniões Ministeriais da CPLP durante o ano de 2016;
- iii. Em cada uma dessas Reuniões o SECPLP solicitará aos representantes dos Países contributos a serem incorporados no projeto de texto inicial;
- iv. Em Reunião de Embaixadores, o SECPLP fará subir às áreas competentes nacionais uma versão estabilizada da posição concertada;
- v. O SECPLP irá diligenciar no sentido do agendamento da Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais (RMTAS) da CPLP de 2017, que terá lugar no Brasil, imediatamente antes da IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil com vista à aprovação da posição concertada que se espera esteja nesta fase finalizada do ponto de vista técnico.

10. Manuel Lapão colocou à consideração dos PFs as propostas de atualização do Documento de Projeto associado à “Cooperação na Área do Trabalho Infantil nos Estados membros da CPLP” oportunamente submetidas aos PFs. Procedeu-se seguidamente a uma

¹ São Tomé, 6 de dezembro de 2012.

análise detalhada das alterações a serem incorporadas no documento, em particular no Subprojecto 1 – Informação, troca de experiências e trabalho em rede, no Subprojecto 2 – Campanhas conjuntas de informação e sensibilização, no Subprojecto 3 – Harmonização de Metodologias e no Subprojecto 4 – Cooperação técnica e formação. Todas as propostas do SECPLP foram acordadas e consensualizadas entre os participantes sendo que a nova versão do Documento de Projeto será oportunamente remetida pelo SECPLP aos PFs via email.

11. Seguidamente os PFs teceram considerações finais.

O Ponto Focal de Angola referiu que o seu País teve, desde 2006 um avanço significativo na luta contra o Trabalho Infantil sendo que o Programa de Luta contra a Pobreza tem sido muito importante neste contexto sobretudo nas zonas rurais. Acrescentou que há um aumento da consciencialização acerca da problemática e do envolvimento dos parceiros sociais. Apesar de Angola não dispor ainda de um Plano de Ação contra o Trabalho Infantil, tem vindo a ser desenvolvido trabalho de forma sistematizada.

O Ponto Focal do Brasil considerou que os Países da CPLP estão no caminho certo no que diz respeito à luta contra o Trabalho Infantil sendo de assinalar os avanços obtidos mas cujo ritmo tem que ser mais acelerado.

O Ponto Focal de Cabo Verde reiterou a importância do esforço da CPLP, OIT e Brasil (no âmbito da cooperação Sul-Sul) na luta contra o Trabalho Infantil em Cabo Verde.

A Ponto Focal da Guiné Bissau, tendo tido oportunidade de expor a problemática do Trabalho Infantil no seu País, reconheceu o esforço da OIT nesta matéria.

A Ponto Focal de Moçambique fez um balanço positivo tanto da formação como da reunião de pontos focais salientando que temos ainda muitos desafios pela frente.

A Ponto Focal de Portugal mencionou a importância de envolver o sector privado, através da responsabilidade social das empresas, na luta contra o Trabalho Infantil no âmbito da CPLP.

A Ponto Focal de São Tomé e Príncipe corroborou os comentários dos colegas e destacou a partilha de experiências positiva da formação e reunião.

O Ponto Focal de Timor-Leste reforçou que, no seu País, estão a ser intensificados esforços na luta contra o Trabalho Infantil com apoio da OIT e da Agência de Cooperação Brasileira.

10. Manuel Lapão sumariou as principais conclusões e caminhos a seguir tendo em conta o desenvolvimento desta V Reunião dos Pontos Focais, a saber:

- Intensificação do empenho do SECPLP e dos Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil no sentido do aumento da visibilidade política para a problemática nos Estados-membros da CPLP;
- Produção de uma carta de recomendação conjunta da OIT e SECPLP dirigida aos Estados-membros apelando, àqueles que ainda não o fizeram, à ratificação das convenções fundamentais da OIT nesta matéria;
- Reforço e aprovação (nos Estados-membros que ainda não o fizeram) dos Planos Nacionais contra o Trabalho Infantil;
- Implementação e aprovação (nos Estados-membros que ainda não o fizeram) das Listas dos Trabalhos Perigosos Interditos a Crianças;
- Aprovação de uma posição concertada da CPLP a ser apresentada na IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil a ter lugar na Argentina em 2017.
- Aprovação de um novo Plano Estratégico da CPLP contra o Trabalho Infantil com base no balanço dos resultados alcançados.

Em suma, o SECPLP e os Pontos Focais reiteraram o seu compromisso firme no sentido da criação de condições para a erradicação de todas as formas de Trabalho Infantil até 2025 em consonância com a meta 8.7. do objetivo 8º “Trabalho Digno e Crescimento Económico” da Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

Anexo I

Lista de Participantes

ANGOLA

Nome: **Luís Machado** 1

Instituição: Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

Cargo: Diretor Nacional, Condições e Rendimentos no Trabalho

Morada: Rua 17 de Setembro 32, CP1986 Luanda

Telefone: (+ 244) 2442339656 / Tlm: (+244) 923439769

E-mail: luis.machado2012@hotmail.com

BRASIL

Nome: **Leonardo Oliveira** 2

Instituição: Ministério do Trabalho e Previdência Social

Cargo: Assessor, Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT)

Morada: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo B, 1º andar, sala 160, Brasília

Telefone: +55 61 2031 6632

E-mail: leonardo.soares@mte.gov.br

CABO VERDE

Nome: **Jairson Gomes** 3

Instituição: Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA)

Cargo: Gabinete de Estudos, Projetos e Cooperação Internacional

Morada: Edifício Casa para Todos, Tira Chapéu, Cidade da Praia

Telefone: (+238) 261 68 69

E-mail: jairsong@gmail.com

GUINÉ-BISSAU

Nome: **Vitória Teixeira** 4

Instituição: Instituto da Mulher e da Criança

Cargo: Secretária Executiva para a Área da Criança

Morada: Av. Combatentes da Liberdade da Pátria, Palácio do Governo, Bissau

Telefone: (+245) 955106810

E-mail: vitoriabalanta@hotmail.com

MOÇAMBIQUE

Nome: **Paulina Mutolo** 5

Instituição: Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Cargo: Técnica Superior de Administração do Trabalho

Morada: Av. 24 de Julho, 2351-2365, CP 281, Maputo

Telefone: (+258) 21 304 753

E-mail: paulasmutolo@gmail.com

PORTUGAL

Nome: **Teresa Pargana** 6

Instituição: Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)

Cargo: Chefe de Divisão, Divisão de Estudos, Concepção e Apoio Técnico à Atividade Inspectiva

Morada: Av. Casal Ribeiro, 18-A, 1000-092, Lisboa

Telefone: (+ 351) 213308700

E-mail: teresa.pargana@act.gov.pt

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Nome:	Vilma Pinto	7
Instituição:	Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais	
Cargo:	Diretora de Planeamento, Estudos e Coordenação de Parcerias	
Morada:	Rua Patrice Lumumba, 433, CP 23, São Tomé	
Telefone:	(+239) 2226725	
E-mail:	Cookie3071@hotmail.com	

TIMOR-LESTE

Nome:	Aniceto Soro	8
Instituição:	Secretaria de Estado da Política de Formação Profissional e do Emprego	
Cargo:	Inspetor-geral do Trabalho	
Morada:	Rua de Caicoli, Dili	
Telefone:	+6707304071	
E-mail:	anicetogttimorleste@gmail.com	

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Nome:	Carmen Estévez
Cargo:	Consultora (OIT-Lisboa)
Telefone:	+ 351 915 897 048
E-mail:	estevez@iloguest.org

Nome:	Catarina Braga
Instituição:	OIT-Lisboa
Cargo:	Perita Associada (<i>Officer in Charge</i>)
Morada:	Rua Viriato, nº 7, 7º Andar, 1050-233 Lisboa
Telefone:	+ 351 213 173 440
E-mail:	braga@ilo.org

Secretariado Executivo da CPLP

Nome:	Carlos Alberto Gonçalves
Instituição:	Secretariado Executivo da CPLP
Cargo:	Direção de Cooperação
Morada:	Palácio Conde de Penafiel, Rua de S. Mamede ao Caldas, nº 21, 1100-3 Lisboa
Telefone:	(+351) 21 392 85 60
Email:	carlosgoncalves@cplp.org

Nome:	Manuel Lapão
Instituição:	Secretariado Executivo da CPLP
Cargo:	Diretor de Cooperação, Direção de Cooperação
Morada:	Palácio Conde de Penafiel, Rua de S. Mamede ao Caldas, nº 21, 1100-533 Lisboa
Telefone:	(+351) 21 392 85 60
Email:	mlapao@cplp.org